



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

O Paço Municipal

Conferência do historiador Gabriel Kopke Fróes¹ na solenidade comemorativa do jubileu de prata do Instituto Histórico de Petrópolis².

I – Introdução

Todos têm na vida o seu dia inesquecível.

O meu é o 9 de junho de 1917, quando cheguei ao Paço Municipal para tomar posse do cargo para o qual fora nomeado na véspera.

A função era modesta, das mais modestas da Prefeitura, mas tinha para mim uma particular significação: seria a estreia na luta pela vida.

Daí, a emoção com que, no verdor dos 20 anos, subi a escadaria do belo edifício naquele dia. No patamar, dei logo com a inscrição em bronze que, antes, jamais me chamaram a atenção:

Presidente
Doutor Hermogênio Pereira da Silva
1890-1897

Era o nome de um austero e digno varão, daqueles antigos homens que, à simples lembrança, tinha-se vontade de tirar o chapéu; e a data marcava a primeira fase de sua atuação memorável à frente da edilidade.

A posse foi rápida e, minutos após, já me achava em função na Biblioteca, naquelas mesmas salas em que, antes, me emocionara com a Moreninha, o Moço Louro, a Toutinegra do Moinho, Os Miseráveis, a Divina Comédia, a Dama das Camélias e, adiantando-me mais um pouco com o Primo Basílio do Eça e a Carne, de Júlio Ribeiro.

Comecei como todo mundo: aquilo seria para mim apenas um degrau. Os meus sonhos voavam muito alto. Ali, cuidaria de aproveitar o ambiente calmo e acolhedor para estudar um pouco mais e, breve, tomaria meu rumo certo e definitivo.

Falaz intenção! Os anos decorreram rápido e incansavelmente. Passei de auxiliar a amanuense; a seguir, a ajudante de bibliotecário; mais tarde, a bibliotecário; depois a oficial administrativo; e, por fim, A diretor. E quando dei por mim, haviam se passado vinte e cinco anos e na idade provecta, ninguém muda mais de vida.

Um bem? Um mal?

- Um mal, me disseram amigos amáveis.
- Um bem, digo eu do fundo do meu coração!

¹ Todo o acervo do historiador Gabriel Kopke Fróes pode ser acessado em <http://earp.arthur.nom.br/site/default.htm>

² Artigo transcrito, em junho de 2024, integralmente do Jornal de Petrópolis, edição de 17 de março de 1963, disponível no Arquivo Público do Instituto Municipal de Cultura, visitado em 03 de junho de 2024. O texto foi transcrito de acordo com o Acordo Ortográfico de 2009. Notas de rodapé foram acrescentadas no decorrer do texto para auxiliar na compreensão dos leitores em 2024.

O Paço Municipal – Conferência de Gabriel Kopke Fróes no Jubileu de Prata do Instituto Histórico de Petrópolis, Suplemento do Jornal de Petrópolis de 17 de março de 1963.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

A profissão que escolhi - porque fui um profissional da função pública - não me deu, é certo, nem celebridade, nem riqueza. Mas proporcionou-me, em compensação maneiras tranquilidade de espírito e, graças a Deus, bom conceito público.

Ademais, vivendo sempre na minha terra, aprendi a amá-la e a servi-la melhor.

Pude, ainda, fruir o convívio permanente com a família, de início com os pais, depois com a esposa e os filhos; e hoje também com os netos. Que glória, portanto, maior do que a minha.

Bendigo, pois, o meu dia inesquecível!

O despretenso trabalho que hoje vos apresento, senhores e senhoras, é para mim, por isso, como um tributo de gratidão.

Vou contar a história da casa onde ganhei minha vida. E agora, que dali me afasto definitivamente após um prolongado convívio de quase quarenta anos, é natural uma palavra de amizade e ternura.

Alguém já chamou o nosso Paço Municipal ou Palácio Amarelo - como quiserdes - de “cromo feito postal que daqui parte para todo o mundo”.

Realmente, o edifício-sede da Municipalidade é de beleza rara e, ainda hoje, passados 66 anos de sua construção, continua a ser o orgulho dos petropolitanos.

E tem história interessante para ser contada.

II- Os prazos de terra N.º 127, 128 e 129 do Quarteirão Vila Imperial

O lado ímpar da rua da Imperatriz, atual Avenida 7 de Setembro³, juntamente com as ruas Joinville e Dona Maria II, fora reservada por Koeler aos fidalgos e empregados da Casa Imperial que deveriam construir suas moradias em torno do Palácio do Imperador. Foi por isso que a José Alexandre Alves Pereira Ribeiro Cirne, superintendente da Imperial Fazenda de Petrópolis, couberam, na distribuição, os prazos números 127, 128 e 129 do Quarteirão Vila Imperial, situados bem em frente ao portão do Palácio. O aforamento teve lugar a 11 de julho de 1850.

Naquele tempo, os referidos prazos faziam testada para a Rua da Imperatriz, não existindo a praça fronteira. Constituía, pois, um “terrenão”.

Não obstante a excelência do terreno, o superintendente Cirne não se aproveitou da concessão, tanto que, a 31 de agosto do mesmo ano de 1850 - um mês e vinte dias após havê-los recebido em aforamento - transferia os prazos a José Carlos Mayrink da Silva Ferrão. Aí, porém, já sem a parte plana à frente.

³ Novamente Rua da Imperatriz.

O Paço Municipal – Conferência de Gabriel Kopke Fróes no Jubileu de Prata do Instituto Histórico de Petrópolis, Suplemento do Jornal de Petrópolis de 17 de março de 1963.



O austero superintendente, porém, não deve ter sido um daqueles que, no dizer do fantasma de Koeler, especularam com os belos terrenos recebidos de mão beijada.

Não é, porém, de se botar a mão no fogo.

Aqui, deve ser esclarecido que, segundo a lenda, o fantasma de Koeler, logo após a morte deste, apareceu muitas vezes aos colonos do quarteirão Bingen e que, certa madrugada do mês de julho de 1857, em plena Rua Dom Afonso, hoje Avenida Koeler, teve encontro com Jean Marie Binot, a quem confidenciou o amargor que ele ia na alma pelos rumos dados a Petrópolis.

Assim falou, então, o fantasma:

- Oh Petrópolis, que querem fazer de ti que te deixam então completo abandono? Todos a quem concedi terrenos, deram-se pressa em negociar com os favores recebidos, concorrendo, assim, para o declínio da colônia ao invés do engrandecimento.

- Mais tarde, haverão de pagar pelo erro cometido, comprando caro o que venderam barato!

E, ao retirar-se, deixou em mãos de Binot um manuscrito em francês predizendo o futuro de Petrópolis até 1860.

Si non è vero...⁴

III- O antigo Largo da Imperatriz

Quando, em 1850, foram loteados os terrenos da rua da Imperatriz, os prazos de terras ns. 127, 128 e 129 do Quarteirão Vila Imperial chegavam até à rua, não existindo, conseqüentemente, a praça. Esta, aliás, não consta sequer do mapa de Koeler.

Somente por ocasião da transferência dos referidos prazos a José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, é que a parte plana à frente do terreno foi desmembrada, passando a constituir logradouro público.

A praça, inicialmente, foi chamada de Imperatriz, sendo crismada, depois de construído prédio aos fundos, de largo do Mayrink.

A mais antiga referência feita a praça que se conhece é a de Carlos Augusto Taunay em sua "Viagem Pitoresca a Petrópolis", de 1862, quando fala de um "square ornado, no centro de uma urna sobre um pedestal, donde brota água".

Tratava-se, pois, em 1861/1862, de um logradouro público cuidado, tanto que mereceu do viajante a classificação de "square".

⁴ Provérbio italiano "Si non è vero, è bem trovato!", que quer dizer: Se não é verdade, é bem contado/encontrado.

O Paço Municipal – Conferência de Gabriel Kopke Fróes no Jubileu de Prata do Instituto Histórico de Petrópolis, Suplemento do Jornal de Petrópolis de 17 de março de 1963.



Posteriormente, no entanto, esse “square” foi transformado pela Municipalidade em viveiro de plantas com a indefectível cerca em volta, coisa que não deveria ser lá muito ornamental...

A nossa praça tinha, porém, uma estranha predestinação.

Desde o império ela era conhecida como Municipal. Porque o cognome, se a ideia de ali localizar o Paço Municipal só nasceria em 1891 e só vingaria em 1894?

A própria resolução da Câmara Municipal de 31 de janeiro de 1888, dando nome oficial de Visconde de Mauá, menciona antiga denominação de Praça Municipal.

Como se verifica, a praça teve, até hoje, nada menos de quatro nomes: Imperatriz, Mayrink, Municipal e Visconde de Mauá. Mas, esteve ameaçada, por mais de uma vez, de desaparecer. Em 1891, por exemplo, pretendeu a Câmara nela construir um mercado; em 1892, foi a vez de um Kursal; e, finalmente, em 1894, foi votada a lei mandando construir o Paço Municipal no centro da própria praça.

Os nefandos atentados, porém, não se consumaram, graças ao bom Deus! Quando da construção do Paço em 1897, a praça foi ajardinada pelo jardineiro alemão Carlos Júlio Meyer, cujo plano, na opinião de Walter Bretz, “embora singelo traçara com grande gosto e arte”.

O projeto de Carlos Júlio Meyer seria modificado, porém, pouco após, por força da resolução da Câmara, em 28 de janeiro de 1899, de construir o chafariz bem no meio do gramado. O grande canteiro foi, então, aprofundado ao centro de maneira não prejudicar a visão do edifício e, afora a grama e, à guisa de guirlanda, uma vegetação colorida em derredor do pequeno lago do chafariz não possuía outros ornamentos.

Os belos decantados tufos de azaléa nos cantos da praça - aos quais, pela forma com que eram podados, o povo, na sua irreverência, batizou de “as quatro tetas da Câmara” - serviriam mais tarde.

Teve a azaléa seu período de glória encerrado, no entanto, com o advento da hortênsia.

E os célebres tufos pagaram, então, seu tributo à moda tendo suas azaléas trocadas pela hortênsia.

Mas a nossa hoje saudosíssima hidrângea também vicejou, naquele tempo, nos quatro cantos da praça, honrando, pelo menos na aparência, a tradição de uberdade de mamãe Câmara Municipal...

Ainda outros tempos vieram e o jardim tradicional teve de ser substituído por algo moderno, condizente com a época.

Em 1944, Carlos Júlio Meyer foi trocado por Roberto Burle Marx. E apareceram, então, à volta da águia na sua eterna luta com a cobra, numerosas, estranhas e sinuosas estrias formadas por plantas as mais variegadas.

A novidade, porém, não agradou e, em breve, era restabelecido, para o jardim, o antigo traçado.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

A hortênsia, teimosa que é, entretanto, nunca mais vicejou.

E é por isso que, hoje - pelo menos do lado de fora - não mais possui o nosso famoso Paço Municipal suas tetas famosas...

IV - O velho Solar dos Mayrink e Guaraciaba

A grande moda da corte, no meado do século XIX, era construir casa de verão na Cidade Imperial. Já começavam a aparecer, por isso, em 1850, as “moradas de casas elegantes com jardins em que as flores da Europa fraternizavam com as do Brasil”, vistas por Carlos Augusto Taunay em sua “Viagem Pitoresca a Petrópolis”.

José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, veranista e servidor da Casa Imperial, não fugiu à regra. Tendo adquiridos os prazos que, pouco antes haviam sido aforados a José Alexandre Alves Pereira Ribeiro Cisne, neles iniciou, imediatamente, a construção de sua casa de campo.

Quis Mayrink um prédio à altura da era faustosa que Petrópolis iniciava e digno da vizinhança com o Palácio Imperial.

Ficou, por isso, muito bonito o solar plantado na graciosa elevação do terreno em meio à cerrada vegetação da mata. A praça recém-aberta à frente dava-lhe ainda mais realce.

Não é de admirar, portanto, que tenha passado à história como das moradas mais pitorescas e elegantes de Petrópolis na segunda metade do século XIX.

Morto José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, passou o prédio, a 20 de novembro de 1873, por herança, à propriedade da viúva senhora Maria Emília Bernardes Mayrink.

A 14 de fevereiro de 1891, era ele adquirido, no entanto, por Francisco Paulo de Almeida, Barão de Guaraciaba.

O barão foi um digno continuador das mais belas tradições do solar, homem de sociedade que era. Daí, a vida nova que ganhou a moradia.

O prazer do nosso Barão, no entanto, duraria pouco.

A Municipalidade que, desde os idos do império, cogitava de casa própria, lançara sua vista, finalmente, sobre o palacete Guaraciaba.

O local era, na verdade, o melhor possível para a construção do Paço Municipal

Mas, o barão é que não concordava com a ideia. Satisfeito com sua linda residência, não admitia a hipótese, sobre pretexto algum, de negociá-la.

E lá permanecia impávido e sereno.



Veio, porém, o imprevisível a 18 de junho de 1891: o bravo barão, estarecido, toma conhecimento de que a Intendência Municipal autorizara o dr. Antônio Neves da Rocha e o arquiteto Achem Natal a construir e explorar no terreno da própria praça Visconde de Mauá, nada mais nem menos do que um mercado público.

O projeto do mercado fracassaria, mas já no ano seguinte, a 15 de setembro, a Intendência negociava com M. Le Tellier a construção, no mesmo local de um outro estabelecimento, dessa feita um “kursal”.

Era evidente, então, o propósito de pôr à prova a paciência do pobre barão de Guaraciaba. E também fácil de calcular o seu desespero, ante a visão da graciosa praça à frente do palacete transformada em vulgar mercado, “kursal” ou - quem sabe? - em coisa ainda pior. Seria o adeus à poesia e ao sossego do belo local.

O “kursal”, como o mercado, também não vingaria, mas, a 5 de abril de 1894, o vereador José Tavares Guerra apresentava à Câmara Municipal projeto de lei autorizando empréstimo para construção de um palácio municipal em plena Praça Visconde de Mauá. Aprovado prontamente, o projeto foi sancionado pela Resolução n. 25 de 10 do mesmo mês e já, no seguinte dia 14, “Gazeta de Petrópolis” publicava edital subscrito por Ricardo Narciso da Fonseca, abrindo concorrência pública para a construção do edifício.

Aí o barão capitularia, propondo ele próprio à Câmara, a 11 de junho de 1894, a venda de seu prédio.

Dizem, por aí, que os nossos antepassados dormiam de touca. Pode ser, mas não aqueles que negociaram com o barão de Guaraciaba a compra do Solar da Praça Visconde de Mauá...

V - Construção do Palácio Amarelo

“Aos 5 dias do mês de julho do ano de mil oitocentos e noventa e quatro, nesta cidade de Petrópolis, na Casa da Câmara Municipal, onde vim a chamado, aí compareceram partes justas e contratadas, como outorgante vendedor o Barão de Guaraciaba e como outorgante compradora, a Câmara Municipal de Petrópolis, representada pelo seu presidente Dr. Hermogênio Pereira da Silva”.

Este é o início da escritura de compra e venda, pela quantia de 60 contos de réis, dos prazos de terra da Fazenda de Petrópolis de números 127, 128 e 129 fazendo testada para a Praça Visconde de Mauá e formando uma superfície de mil duzentos e setenta e cinco braças quadradas, e do prédio sob o número 1 à mesma praça. Lavrou-a o tabelião Gabriel José Pereira Bastos, a fls. 119 e 119v. do Livro de Notas n. 5.

Com essa escritura, dava-se cumprimento à Resolução Legislativa n. 27 de 12 de junho de 1894 e realidade a um velho e acalentado sonho da Municipalidade.

Senhora do imóvel, a Câmara começou logo a agir no sentido de adaptá-lo aos serviços do Paço Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

A já mencionada resolução n. 27 autorizara um empréstimo de 160 contos de réis para ser empregado na aquisição da casa do Barão de Guaraciaba, e na execução das obras que se fizessem necessárias nesse prédio e no jardim fronteira.

Na sessão de 26 de julho de 1894, foi presente à Câmara Municipal o orçamento de 50:966\$870 para as obras, acompanhado de plantas sendo deliberado abrir-se a concorrência pública.

Dois dias após, publicava “Gazeta de Petrópolis” edital subscrito pelo engenheiro Harald Bodtker, tornando público que, até 2 de agosto, a uma hora da tarde, seriam recebidas propostas para execução das obras do futuro Paço Municipal.

A 9 de agosto, a Câmara Municipal tomava conhecimento das quatro propostas apresentadas e do parecer, sobre elas, emitido pelo engenheiro da Câmara. Haviam concorrido os construtores Manuel Francisco Quinteiro, com preço de 47:500\$000; Domingos da Silva Júnior com 48:000\$000; Joaquim Pereira Rabelo com o valor do orçamento abatido de 3%; E José Maria da Silva com 48:965\$000, cuja proposta por falta de requisitos, não foi tomada em consideração.

O parecer do engenheiro foi favorável à proposta de Manuel Francisco Quinteiro, não só por ser a mais barata, como também devido à habilitação profissional do construtor.

A Comissão de Obras, entretanto, embora concordando com o parecer do engenheiro, valeu-se da oportunidade para consignar que não foram ouvidas sobre o orçamento da obra. Se eu tivesse sido, teria opinado não pela dispendiosa obra que se ia fazer, mas sim por um simples conserto em todo o prédio e um acréscimo à frente, destinada à sala das sessões, a qual daria, ao mesmo tempo, aspecto mais nobre ao edifício. Assinavam o parecer João Cristiano Ferdinando Finüenauer e José da Cruz Loureiro Júnior.

Ambos os pareceres foram aprovados pela câmara sendo aceita a proposta de Manoel Francisco Quinteiro.

A assinatura do contrato de empreitada para execução das obras teve lugar a 18 de agosto de 1894, obrigando-se o construtor a iniciar o serviço até 21 do mês em curso e a concluí-lo até 21 dezembro seguinte.

Mas, a 21 de setembro de 1894, recebia a Câmara Ofício do empreiteiro, comunicando que suspendera as obras até ulterior deliberação, por não poderem ser executadas de acordo com o contrato.

Examinando a casa, o engenheiro Harald Bödker constatou, após a demolição parcial, o péssimo estado do madeiramento, barroamento e algumas paredes, de forma que, para fazer-se a obra contratada, ter-se-ia que demolir quase todo o prédio.

A Comissão de Obras, chamada opinar, sugeriu, em consonância com o parecer do engenheiro, anular-se o contrato, executar-se novo projeto e abrir-se outra concorrência, com que concordaram os vereadores em data de 21 de setembro.

A 24 de outubro de 1894, a Câmara aprovando proposta do vereador Dr. Gabriel José Pereira Bastos resolveu que as obras fossem executadas por administração.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Puderam prosseguir, então, em ritmo acelerado, as obras do futuro Paço Municipal tanto que, a 11 de maio de 1895, o vereador Dr. José Bazílio Magno de Carvalho propunha e a Câmara aprovava que fossem vendidos os materiais inservíveis provenientes da parte demolida do prédio velho.

A 5 de agosto de 1895, a Câmara contratava com o escultor Henrique Levy a construção do teto de estuque do salão de sessões, medindo de vão, entre as paredes, 16,60 metros de comprimento por 6,60 metros de largura, incluindo a cornija principal em roda, tendo 40 centímetros de altura. Obrigou-se, ainda, o mesmo escultor a fazer, na fachada, o revestimento das duas cúpulas por cima dos terraços, cobertas com ornatos e figuras, compreendendo: a) cobertura em forma de folhas ou escamas, fundida em massa de cimento; b) a coroa em forma de flor e uma bola que serve para base da figura da Vitória, sendo uma para cada cúpula, fundida em massa de cimento em competente armação de ferro; c) as duas figuras deveriam ser fundidas em massa de cimento com armação de ferro por dentro; d) seis figuras representando grifos com duplo corpo de leão e um par de asas a serem colocadas nos cantos da frente e lados da balaustrada embaixo das cúpulas.

Pela execução de todo o serviço ou escultor receberia 12:500\$000.

A 27 de dezembro do mesmo ano, com o prazo de quatro meses para concluir, o escultor Henrique Levy contrataria pelo preço de 9:500\$000 a execução de mais as seguintes obras de arte: 1ª) ornamento dos frisos, com ornatos, arquitraves, capitéis, coríntios e mais obras do salão da altura total de 1 metro, por baixo da cornija já construída; 2ª) teto do vestíbulo e corredor; 3ª) teto da sala e claraboia, com cimalha, arquitrave e capitéis.

Os ladrilhos - os belos ladrilhos ainda existentes no adro, no “hall” e no patamar da escadaria interna e nos terraços - foram objeto de concorrência pública, vencida pela firma Amaral, Guimarães e Cia. do Rio de Janeiro, que propôs o preço de 7:250\$000 para o fornecimento e assentamento do material, inclusive maçame, rodapé, etc., com o qual concordou a Câmara em sessão de 12 de março de 1896.

A pintura do edifício e a colocação de vidros, inclusive claraboia, depois de uma inexplicável série de vacilações, foram entregues, enfim, ao empreiteiro de obras Antônio Avelino Barbosa, vencedor da concorrência, conforme deliberou a Câmara em sessão de primeiro de agosto de 1896. Esses serviços compreendiam os tetos do salão nobre e dos vestíbulos construídos pelo Escultor Henrique Levy, devendo-se ter encarregado da pintura o alsaciano José Huss que, equivocadamente, já foi dado como autor de toda ornamentação dos tetos do Paço Municipal.

Os decoradores dos tetos dos vestíbulos e do salão nobre foram Henrique Levy, escultor e José Huss, pintor, ambos grandes artistas, cuja obra, como muito bem disse Alcindo Sodrê, constitui uma das mais belas joias nacionais do gênero.

Os belos tetos do Paço Municipal foram concluídos em agosto de 1896, quando o empreiteiro Antônio Avelino Barbosa requereu o levantamento da caução de 500\$000 que fizera para garantia de execução do serviço da pintura.

Na sessão de 22 de agosto de 1896, a Câmara Municipal tomava conhecimento do requerimento de Harald Bödtker, arquiteto encarregado das obras da nova casa da



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Câmara - e que, tudo indica, deve ter sido o autor do projeto pedindo demissão do cargo por ter que retirar-se para a Europa no mês seguinte.

Assim Harald Bödtker, o homem de extraordinário bom gosto, sobre cuja personalidade nada se conhece⁵, não veria obra concluída, visto que se retirou do país em setembro de 1896.

O que aí está é o pouco que se conhece da construção do nosso Paço Municipal.

A planta do edifício, por exemplo, que tão interessante seria para mostrar, com exatidão, o que foi feito de novo e o que foi conservado do prédio antigo, não existe nos arquivos municipais. Nem seu autor se conhece oficialmente, supondo-se apenas de ter sido o arquiteto Harald Bödtker.

A época de conclusão das obras também não se conhece com precisão. Por estranho que pareça, a inauguração do prédio que pela sua majestade, deve ter sido uma sensação no fim do século passado, não foi sequer noticiada pela imprensa local. A própria Câmara Municipal, em suas atas não mencionou quando começou a funcionar na nova casa.

De positivo, há, apenas, duas notícias de “Gazeta de Petrópolis”: uma de 30 de dezembro de 1896, declarando que a 2 de janeiro de 1897 deveria começar a mudança da Câmara para o novo palácio à Praça Visconde de Mauá; e outra de 31 do mesmo mês informando que a administração municipal já estava funcionando no novo prédio.

Sabe-se, porém, que as obras não estavam inteiramente concluídas, quando a Câmara Municipal se mudou do prédio da Avenida 15 de Novembro⁶ para o da Praça Visconde de Mauá, visto que até junho de 1897, foi mantida turma especial de trabalhadores organizada para o serviço de construção, conforme conta das datas das sessões.

A inauguração do majestoso edifício passou, assim brancas nuvens: sem festa e sem notícia na imprensa.

O tempora! O mores!⁷

VI - O Chafariz da Praça

O chafariz da Praça Visconde de Mauá foi construído por resolução da Câmara Municipal tomada na sessão de 28 de janeiro de 1899.

Significa isso que dura 63 anos a luta de morte da águia com a cobra, em frente ao Paço Municipal.

⁵ Harald Bödtker nasceu em Namdalen no ano de 1855 na Noruega. Faleceu em 1925, na capital norueguesa Oslo. Estudou arquitetura em Viena. Entre os anos de 1890 e 1896 anos trabalhou em Buenos Aires, Rio de Janeiro e Petrópolis. De volta à Europa, foi o arquiteto responsável pela construção de diversas escolas e igrejas em Oslo (Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Harald_B%C3%B8dtker).

⁶ Atual Rua do Imperador

⁷ Locução latina que significa "ó tempos! ó costumes!".

O Paço Municipal – Conferência de Gabriel Kopke Fróes no Jubileu de Prata do Instituto Histórico de Petrópolis, Suplemento do Jornal de Petrópolis de 17 de março de 1963.



O construtor da obra e provável idealizador do chafariz foi o arquiteto Heitor Levy, que recebeu da Câmara, pelo serviço, a importância de dois contos de réis.

Com relação ao simbolismo das figuras do monumento - a águia esganando a cobra - nada se conhece.

Um mérito tem, no entanto, o monumento: o da originalidade.

O povo que admira o seu chafariz, embatuca, porém, quando forasteiro lhe indaga o significado do conjunto.

A não ser que se trate daquele que, sem malícia, afirma ser a águia de garras aguçadas e bico adunco o fisco Municipal em ação; é a cobra esganada, eternamente esganada, o mísero contribuinte...

VII - Posses de Presidente do Estado

Por duas vezes, foi o Paço Municipal da Praça Visconde de Mauá, cenário da posse de presidentes do Estado do Rio de Janeiro: a 31 de dezembro dos anos de 1897 e 1900, quando assumiram o governo estadual, respectivamente, o dr. Alberto de Seixas Martins Torres e o general Quintino Bocaiuva.

Anteriormente, por força de disposição constitucional que mandava ser dada posse pela Câmara Municipal da capital quando a Assembleia Legislativa não estivesse em funcionamento, já o presidente Maurício de Abreu entrava em exercício perante legislativo Municipal, mas a solenidade realizada 31 de dezembro de 1895 tiveram por local Fórum e não o Paço Municipal. Foge ela, portanto ao tema desta palestra.

O Doutor Alberto Torres chegou à Praça Visconde de Mauá para ser empossado na Presidência do Estado às 12:45 horas do dia 31 de dezembro de 1897 em companhia do dr. Maurício de Abreu.

Estava ali formado o Regimento Policial do Estado, sob o comando do coronel Manuel Lopes Carneiro da Fontoura apresentando um efetivo de cerca de mil homens, constituído pelos 1º e 2º batalhões, esquadrão de cavalaria de lanceiros e seção de metralhadoras. A Tropa com a Banda Marcial à frente fazia aplaudidas evoluções, quando se ouviu o toque de sentido. Eram os dois presidentes que chegavam.

Ao som do hino nacional e com o Regimento apresentado as continências de estilo, descem do "coupê" o Presidente que ia assumir o cargo e o que ia transmiti-lo.

A comissão de vereadores, composta pelos senhores Luiz Guimarães, Antonino Fialho, João Barcelos e Soares de Gouveia, recebe-os à porta de entrada e os conduz ao salão nobre.

O grande salão está inteiramente tomado pelo que há de mais seleta na sociedade petropolitana, achando-se na curul presidencial o dr. Hermogênio Silva.

Os senhores Alberto Torres e Maurício de Abreu entram na sala e vão ocupar seus lugares à mesa, o primeiro à direita do dr. Hermogênio Silva e o segundo à esquerda.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

O dr. Hermogênio Silva declara, então, que o dr. Alberto Torres, presidente eleito, vai prestar o compromisso constitucional. Com todos os assistentes de pé, o dr. Alberto Torres emocionado pronuncia as palavras protocolares.

O dr. Hermogênio proclama, por fim, o dr. Alberto Torres Novo presidente do estado estrugindo, neste momento, palmas de todos os recantos do edifício.

A ata da sessão é assinada pelo Doutor Alberto Torres com uma caneta de ouro oferecida, para tal fim, pelo povo de Niterói, fazendo questão o novo presidente de que o mesmo fizessem dr. Hermogênio Silva e demais vereadores.

O dr. Alberto Torres retirou-se do Paço Municipal as 13:28 horas, em companhia do Dr. Maurício Abreu, e ao tomar a carruagem, fez cavalheirescamente com que nela entrasse e, primeiro lugar o ex-presidente.

O brioso Regimento Policial, ainda uma vez prestou as continências devidas. Por ocasião da posse, foi distribuído aos presentes um impresso contendo a biografia do dr. Alberto Torres.

Com a conclusão do mandato de Presidente do Estado do dr. Alberto Torres, reuniu-se a Câmara Municipal de Petrópolis a 31 de dezembro de 1900, de acordo com os preceitos constitucionais, para dar posse ao sucessor eleito para o triênio 1901-1903, sr. Quintino Bocaiúva.

Sobre o cerimonial, disse conhecido jornalista da época que “as praxes do regime democrático não deram à cerimônia margem para pompas, para galas que comovessem a população, ferindo-lhe o sentido com o luzir de uniformes vistosos, o tinir de espadas e o trocar de artilharias”.

A Câmara Municipal instalou-se em sessão solene às 11 horas, sob a presidência do coronel Soares de Gouveia, achando-se presentes os vereadores dr. Adolfo Viana, de Schepper, Rocha Cardoso, Albino Amaral e Correia Lima.

O presidente designou os vereadores Correia Lima, Rocha Cardoso, Adolfo Viana e De Schepper para receberem, à entrada, o sr. Quintino Bocaiuva e suspendeu a sessão transitoriamente.

Pouco depois do meio dia, o som estridente dos clarins e cornetas anunciava a chegada à Praça Visconde de Mauá da carruagem presidencial, conduzindo os senhores Quintino Bocaiúva e Alberto Torres. O 1º Batalhão da Brigada Policial formado à direita do prédio prestava as continências de estilo.

Introduzidos no recinto das seções o novo presidente e o seu antecessor, o sr. Quintino Bocaiúva tomou assento à mesa à direita do presidente da Câmara e o sr. Alberto Torres à esquerda.

O senhor Quintino Bocaiuva proferiu, então, fórmula constitucional do seu compromisso:

“Afirmo guardar e fazer guardar a Constituição e leis da União e deste Estado, e, quanto a mim couber, promover e sustentar a felicidade pública”.

O Paço Municipal – Conferência de Gabriel Kopke Fróes no Jubileu de Prata do Instituto Histórico de Petrópolis, Suplemento do Jornal de Petrópolis de 17 de março de 1963.



Concluído compromisso constitucional, o presidente da Câmara declara o sr. Quintino Bocaiuva empossado legalmente no cargo de Presidente do Estado ouvindo-se na ocasião, prolongada salva de palmas.

Após receber os cumprimentos de quantos compareceram à cerimônia, o Presidente Quintino Bocaiuva, ainda acompanhado do ex-presidente Alberto Torres, retirou-se do Paço Municipal rumo ao Palácio do Governo onde se realizaria a transmissão do cargo.

VIII - Assalto ao Paço Municipal

A 18 de fevereiro de 1903, realizaram-se em Petrópolis eleições para vice-presidente da República, senadores e deputados federais.

Normalmente, aquelas eleições, como ainda hoje aconteceria, não deviam despertar grande interesse.

Mas, como no ano anterior, após agitada batalha política, tivesse sido declarada Niterói, novamente, capital do Estado e aqui permanecesse sem explicação razoável, o presidente Quintino Bocaiuva que, no episódio se inimizara com os petropolitanos, aquele pleito tivera campanha nervosa e processar-se-ia em ambiente pesado.

Durante a votação, sem embargo de manifestações hostis feitas em alguns bairros por partidários do Governo do Estado a ordem pública não chegou a ser perturbada.

À tarde, quando se achava em via de conclusão do processo eleitoral da sessão instalada no Paço Municipal, eis que começaram a aparecer na praça Visconde de Mauá populares em atitude ameaçadora, fazendo prever vários acontecimentos.

Esclareça-se que o presidente da Câmara Municipal era o dr. Hermogênio Pereira da Silva, o mais prestigioso político municipal, que se encontrava, na ocasião, em franca oposição ao governo estadual.

Quando já havia regular massa de populares em frente ao edifício da câmara, instintivamente os que lá dentro se encontravam resolveram fechar as portas de acesso.

Foi fogo no rastilho. Os populares, com absoluta omissão das autoridades policiais, arrombaram as pesadas portas e penetraram no prédio. Na Portaria, sovaram o velho porteiro da casa que teve um dos braços fraturados; na sala das comissões, mataram a pauladas o servidor municipal Joaquim Tavares; e noutros locais esbordoaram a valer mais quatro infelizes que não haviam logrado fugir pelos fundos.

Depois, passaram com a fúria intensa, a depredar o prédio. A artística balaustrada do grande vestíbulo foi arrancada e atirada longe; no majestoso salão nobre, reduziram a estilhas o belo mobiliário e espatifaram espelhos, vidraças, reposteiros e quadros. Nem o retrato de Floriano Peixoto escapou...



Nas demais salas, prosseguiu a destruição, sendo inutilizados móveis, relógios, instrumentos, livros e documentos.

Os prejuízos causados ao Paço Municipal, o edifício-orgulho da cidade, foram consideráveis, elevando-se, segundo cálculo oficial, a cerca de 100 contos de réis. Uns 10 milhões hoje!

O presidente Hermogênio Silva não se intimidou com a violência e protestou energicamente junto ao governo do Estado contra o atentado, acusando, como seus atores elementos da própria polícia estadual. E fez mais: levou os fatos pessoalmente, ao conhecimento do Presidente da República, dr. Rodrigues Alves, que acabara de chegar a Petrópolis.

Contra expectativa geral, o governo estadual determinou a abertura de inquérito policial e processou judicialmente o responsável pelos atos de vandalismo.

A câmara, porém, arcou com os prejuízos de materiais do atentado. Além, é claro, do susto porque devem ter passado os edis da época...

IX - Visitas Presidenciais

Muito embora, no Império, tivesse sido visitada duas vezes pelo Imperador Dom Pedro II e uma vez pela Princesa Isabel, a nossa Câmara Municipal, na República, ainda que continuasse a tradição de veraneio oficial, só, a 25 de abril de 1908, viria receber a visita do Chefe da Nação.

Naquele dia, o dr. Afonso Pena, o austero Presidente da República, dirigiu-se ao Paço Municipal para uma visita oficial e, ao mesmo tempo, apresentar suas despedidas, já que regressaria à Capital Federal há 28 do mesmo mês, após, no dizer dele próprio, excelente temporada de Veraneio no Palácio Rio Negro.

Às 14:30, o ilustre brasileiro, acompanhado de seu filho dr. Salvador Pena, e do chefe da Casa Militar, Coronel Feliciano Mendes de Moraes, chegava ao Paço.

Logo que o “landau” presidencial entrou na bela Praça Visconde de Mauá, foi hasteado no mastro principal do edifício o pavilhão nacional que ali permaneceria até o final da visita.

Na porta da Câmara Municipal, receberam o chefe da Nação o dr. Hermogênio Silva, chefe do Executivo, e os vereadores de Barros Franco, Sá Earp, Hoário Magalhães Gomes, Aristides Werneck, José Land, Felipe Faulhaber e Oto Hees, além dos funcionários da casa e representantes da imprensa.

Subindo ao salão principal, dr. Afonso Pena examinou atentamente a decoração, o mobiliário e os retratos de Dom Pedro e Júlio Koeler, concluindo por dizer que o Paço Municipal de Petrópolis podia ser considerado o mais importante de todas as municipalidades do Brasil.

Do salão, passou o presidente a biblioteca municipal que dele recebeu, também, os melhores encômios, apondo sua assinatura no livro especial dos visitantes ilustres.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

A visita durou uma hora e finalizaria no gabinete do presidente da Câmara, onde o chefe da Nação, palestrando animadamente, declarou ao dr. Hermogênio Silva achar-se convencido do brilhante o futuro de Petrópolis, cidade que residira em 1898, podendo, pois, julgar muito bem o progresso alcançado em onze anos.

É claro que o gesto do Presidente da República distinguido Municipalidade com uma visita de cordialidade calou profundamente no coração de petropolitanos.

O marechal Hermes da Fonseca, presidente da República, acompanhado do General Luiz Barbedo, chefe da casa militar; e dr. Teodoro Figueira de Almeida, secretário da presidência; capitão Oliveira Junqueira, ajudante de ordens, visitou a Câmara Municipal de Petrópolis a primeiro de abril de 1913.

Sua Excelência chegou ao Paço Municipal às 16 horas, sendo recebido à entrada pelo sr. Artur Barbosa, chefe do Executivo Municipal, pelo sr. Edmundo Hees, secretário da Câmara, e por todo funcionalismo.

Depois de trocados os cumprimentos, o chefe da Nação dirigiu-se ao salão nobre, cuja decoração elogiou, e, a seguir, esteve no gabinete da presidência, onde examinou a planta da cidade. Depois, dirigiu-se à Biblioteca, tendo palavras de franco louvor a essa repartição, registrando no livro de visitantes ilustres o seguinte:

“Magnífica impressão levo da visita que fiz a essa repartição, principalmente de sua biblioteca”.

Voltando ao salão nobre, manteve cordial palestra com o chefe do Executivo local, a quem fez os maiores elogios das belezas naturais de nossa cidade, cujos arrabaldes percorrera, descobrindo-lhes encantos que jamais tivera ensejo de observar. Declarou mais que se achava sensibilizado com o bom acolhimento que lhe dispensara a população de Petrópolis, lamentando, apenas, não ter podido corresponder, devido o luto recente às atenções recebidas.

Ao despedir-se, disse que, no verão seguinte subiria mais cedo a fim de melhor desobrigar-se de seus deveres sociais para com o povo petropolitano.

X - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Com o rompimento do presidente Alfredo Backer com o dr. Nilo Peçanha, acirraram-se os ânimos no Estado do Rio de Janeiro às vésperas das eleições de 10 de julho de 1910, quando o povo fluminense deveria escolher os novos Presidente e Vice-Presidente do Estado e deputados estaduais.

A eleição para deputados estaduais, principalmente, apaixonou a opinião pública, e mais do que a qualquer outro lugar, a de Petrópolis, onde vieram funcionar as duas câmaras entre se cindira a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

É que o Presidente do Estado, por conveniência política, resolvera transferir para nossa cidade, pelo Decreto n. 1159, de 15 de julho de 1910, a sede das sessões da Assembleia Legislativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

E foi por isso que, a 1º de agosto de 1910, foram instaladas em Petrópolis duas assembleias de legislativas: uma, a nilista, presidida pelo sr. Alves Costa, no prédio n. 316 da Avenida Washington, hoje Paulo Barbosa; e outra, a backerista presidida pelo dr. Eswiges de Queiroz no Paço Municipal.

A primeira delas aqui permaneceria até 7 de agosto de 1910, quando revogou o Decreto n. 1159 do Presidente do Estado e se transferiu para a capital do Estado, instalando-se no antigo Edifício da Assembleia.

A segunda, porém, permaneceria em Petrópolis até o fim do mês de novembro de 1910, quando o próprio Presidente Backer a convocaria para reunir-se, extraordinariamente, a 1º de dezembro em Niterói.

Como é natural, cada uma das assembleias reconheceu a eleição do seu candidato, mas como o Presidente que assumiu o Governo do Estado a 1º de janeiro tenha sido dr. Oliveira Botelho, é óbvio que o páreo extra entre legislativos foi ganho pela assembleia nilista.

Veja-se, porém, como transcorreu a cerimônia de instalação da Assembleia backerista - que é afinal o que, no caso, interessa.

Com Paço Municipal apresentado, interna e externamente, aspecto festivo, estavam reunidos no salão nobre, a 1º de agosto de 1910, às 13 horas, 23 deputados da facção backerista. Conduzido por três deputados, penetra no recinto, sob aclamação geral, do dr. Veríssimo de Melo, Secretário Geral do Governo, que faz a entrega ao presidente da Assembleia, dr. Modesto de Melo da mensagem do presidente de Estado.

Lido o documento, é eleita a mesa da Assembleia presidida pelo dr. Eswiges de Queiroz - que é, em tal ocasião, muito ovacionado.

Retira-se, então, o Secretário Geral do Governo oferecendo-lhe o chefe do Executivo Municipal, dr. Joaquim Moreira, uma artística cesta de flores naturais.

Como já acontecera à entrada, o dr. Veríssimo de Melo recebe, ao retirar-se, as continências de uma companhia do Corpo Militar do estado que se postara na Praça Visconde de Mauá sob o comando do capitão Timóteo dos Santos

E foi assim que o salão nobre do Paço Municipal teve mais essa utilização: sala de sessões da Assembleia Legislativa do Estado.

XI- O Osvaldo Cruz, o primeiro prefeito de Petrópolis

Nilo Peçanha, o grande amigo de Petrópolis, ao assumir o governo do Estado do Rio de Janeiro pela segunda vez, compreendeu que Petrópolis, pelas suas características especialíssimas, não poderia ser confundida, na política governamental, com qualquer cidadezinha do interior.

Sem embargo do situacionalismo municipal apoiá-lo francamente, o Presidente Nilo Peçanha, a 28 de julho de 1916, pelo Decreto nº 1496, resolveu criar a prefeitura no



Município de Petrópolis, nomeando, no dia imediato, o dr. Oswaldo Gonçalves da Cruz para exercer o cargo de prefeito.

A dois de agosto de 1916, o dr. Oswaldo Cruz, em Niterói, perante o secretário Geral do Estado, era postado no cargo. Infelizmente, devido ao seu estado de saúde que se agravava, o grande cientista não pode entrar logo em exercício. Assumiu, então, o cargo interinamente, a 8 de agosto de 1916, o vice-presidente da Câmara Municipal dr. Cândido José Pereira Martins. Não houve solenidade alguma. O dr. Cândido Martins, que já vinha exercendo a chefia interina do Executivo, limitou-se a baixar o Ato n. 1 de 8 de agosto de 1916, declarando haver assumido o cargo de acordo com a lei.

O dr. Oswaldo Cruz só entraria em efetivo exercício a 18 de agosto de 1916, quando, após comunicação feita na véspera, compareceu ao Paço Municipal para receber o cargo.

Bem que a Câmara Municipal pretendia dar solenidade ao ato. Mas o grande Oswaldo Cruz, avesso a toda espécie de exibição, exigiu, em tudo, a maior simplicidade possível.

Assim foi que, às 2 horas da tarde daquele dia, o primeiro Prefeito de Petrópolis chegou ao Paço municipal, sendo recebido, à entrada pelo Prefeito interino e o presidente em exercício da Câmara Municipal. No Gabinete do Prefeito, foi feita, então, a pura e simples transmissão do cargo.

E não perdeu tempo o novo Prefeito. Cumprida a formalidade da investidura, dirigiu-se à Tesouraria Municipal em companhia do dr. Cândido Martins, onde mandou proceder ao balanço dos valores em caixa, lavrando-se o competente termo.

O cientista ilustre, glória imarcescível da medicina brasileira, com projeção internacional, cuja investidura no cargo de Prefeito já era, só por si, honra insigne para Petrópolis, não sopejou de ir em pessoa à caixa verificar os valores existentes.

Com isso, quis ele mostrar inabalável disposição de estar sempre presente a todos os atos e acontecimentos da Administração Municipal. Sem jamais esmorecer para não desmerecer - o seu lema.

Mas, coitado: seis meses depois, sem poder executar um só dos seus maravilhosos projetos de redenção de Petrópolis, entregaria a alma ao Criador.

Mas, ficou para Petrópolis, a honra de ter sido o seu primeiro prefeito um dos maiores brasileiros de todos os tempos!

XII - O Baile da Ponte

A 7 de fevereiro de 1920, o salão nobre da Câmara Municipal foi palco de um acontecimento inédito: o baile que o dr. Raul de Moraes Veiga presidente do estado ofereceu ao Doutor Eptácio Pessoa Presidente da República



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

O majestoso Paço Municipal apresentava naquele dia, deslumbrante aspecto. Todo o frontispício reluzia, inundado da luz produzida por centenas de lâmpadas elétricas ali colocadas artisticamente. Essa iluminação, pela sua intensidade, fazia com que a claridade se projetasse por toda a praça fronteira, fazendo sobressair o jardim, principalmente, o tapete verde constituído pelo grande gramado.

Transposta a escadaria de mármore branco da entrada, apresentava-se o “hall” com suas colunas jônicas ornadas com festões... (ilegível)... hortênsias, completando-se a ornamentação com tufo de palmeiras, samambaias e avencas.

Com o mesmo gosto artístico, aparecia a escadaria de acesso ao grande e majestoso vestíbulo que ostentava linda ornamentação de cravos americanos colocados em delicadas “corbeilles”, tudo realçado por perfeita iluminação.

Depois, era o salão nobre com todo seu esplendor. Amplos espelhos realçavam a decoração do recinto, onde, no dizer de uma cronista de época, “o perfume das flores frescas e a luz profusa davam ao local o ambiente do paraíso...”

Aos lados do vestíbulo, viam-se as salas de estar muito bem ornamentadas, sobressaindo-se a do Presidente da República. E, ao fundo, estava colocada a grande orquestra composta por trinta professores.

Seguia-se, resplandecente de luz e flores, o salão do “buffet” dos convidados, em que se estendiam duas grandes mesas. Estas encantavam pelo brilho dos cristais, das porcelanas e da prataria.

Com o mesmo bom gosto, distinguia-se o salão da biblioteca, onde for armado o “buffet” do mundo oficial.

Às 10 horas da noite hoje - dir-se-ia 22 horas - quando apenas aparecia os primeiros convidados, penetraram no edifício o Presidente do Estado e o Raul Veiga. S.Ex. que vinha acompanhado de seus oficiais de gabinete e ajudante de ordem, foi recebido pelo Prefeito Municipal.

Às 11 horas há um momento de emoção em geral. A banda da música colocada no “hall” e a grande orquestra situada no vestíbulo superior rompem os acordes maviosos do Hino Nacional Brasileiro e entra no Paço Municipal o dr. Epiácio Pessoa, Presidente da República, que se fazia acompanhar pela senhora Epiácio Pessoa, filha e pelas casas civil e militar da presidência. O Presidente do Estado e o Prefeito Municipal recebem-no à entrada e o conduzem ao salão.

Ainda uma vez, o cronista social da época assim descreveria o ambiente da festa que se iniciava: “Neste momento, grande já era assistência. Aqui e ali, rebrilhavam as casacas impecáveis, ao lado das mais ricas ‘toilettes’ do mundo feminino que emprestava, com sua graça e suavidade, particular encanto à formosa festa”.

Todo mundo oficial esteve presente no grande baile. Além dos presidentes da República e do Estado, do Prefeito e do Presidente da Câmara Municipal, lá estiveram ministros e secretários de Estado; embaixadores e ministros de nações estrangeiras, deputados, senadores, ministros do Supremo Tribunal, vereadores municipais, desembargadores, juizes, militares e inúmeras outras autoridades e pessoas das mais representativas da alta sociedade brasileira.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

A festa, no consenso geral, foi uma das maiores e mais brilhantes realizadas em nossa cidade. Deve, pois, ter agradado a todos que tiveram a extraordinária aventura de assisti-la.

Tenho para mim, porém, que o mais feliz com sucesso alcançado foi o simpático Presidente Raul Veiga. O baile foi pretexto para Nilo Peçanha reconciliar-se, politicamente, com Epiácio Pessoa.

Nilo, o ladino político, usando - data vênia - a gíria, tinha tomado o bom de errado, quando no ano anterior, apoiara a candidatura de Rui Barbosa à Presidência da República contra Epiácio Pessoa que, afinal, foi o vitorioso.

E foi por isso que a festa do Paço Municipal de 7 de fevereiro de 1920 passou à história com o apelido de “baile da ponte”...

XIII - Audição Pública do primeiro rádio receptor de Petrópolis

Foi no salão nobre do Paço Municipal que funcionou publicamente pela primeira vez em Petrópolis um aparelho rádio receptor.

A 7 de setembro de 1922 como parte das festas comemorativas do Centenário da Independência, e o Dr. Reinaldo de Faria gerente o local da companhia telefônica brasileira, instalou o aparelho e convidou algumas pessoas para ouvirem a nova maravilha do século.

Para que não se perca o inteiro sabor, ouça-se, textualmente, o editorial de Tribuna de Petrópolis de 9 de setembro de 1922 noticiando e comentando o evento:

“Telefone sem fio

Ainda por nímia gentileza do dr. Reinaldo de Faria, tivemos o prazer de assistir à inauguração do telefone sem fio, cujo aparelho se acha colocado num canto do salão nobre da Câmara Municipal.

Presentes alguns convidados, foi dado aviso para o Rio de Janeiro, de modo que, poucos minutos depois, a assistência pode tomar conhecimento de um espetáculo inédito, qual o de ouvir a execução de uma música na capital brasileira e, às 4:30 a parte oratória da solenidade inaugural da Exposição do Centenário.

Longe do local do Pavilhão de Festas do grande certâmen, os assistentes puderam, por intermédio do maravilhoso aparelho, ouvir os discursos proferidos pelo senhor Ministro do Interior, pelo embaixador da França, como representante das embaixadas estrangeiras acreditadas, neste momento, junto ao governo do Brasil; e do Presidente Epiácio Pessoa, agradecendo a presença das nações amigas ao comemarmos o primeiro centenário de nossa emancipação política, e dando, finalmente por inaugurada a Exposição Internacional comemorativa do centenário.

A execução dos hinos Nacional e da Independência e os aplausos calorosos foram transmitidos, como discurso do dr. Epiácio Pessoa, com uma nitidez extraordinária.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

À noite, o Doutor Faria convidou algumas pessoas de suas relações para ouvirem a ópera Guarani que se representaria no Teatro Municipal em récita de gala.

Não podemos ouvir, por motivos imperiosos, mas, dada a excelência do aparelho, devia ser ótimo resultado, como o fora durante a tarde.

O dr. Faria recebeu justas de felicitações”.

O que naquele memorável 7 de setembro de 1922, foi a maravilha das maravilhas deixando embasbacado o petropolitano, é hoje, passados pouco mais de quarenta anos a coisa corriqueira, da qual até foge muita gente...

XIV - O Velório de Roberto Silveira

Viu-se, até aqui, como Paço Municipal, nos seus 66 anos de profícua a existência, foi palco de acontecimentos políticos, civis e sociais dos mais marcantes da vida petropolitana. Alguns alegres, outros cômicos e um, até, trágico.

Mas um outro houve que, para lá, só levou melancolia: o velório de Roberto Silveira.

A 1º de março de 1961, após prolongada agonia no Hospital Santa Teresa, falecia em nossa cidade o desventurado Governador do Estado Roberto Silveira⁸. Seu corpo, depois de embalsamado, foi levado em urna de jacarandá com guarnição de ouro e crucifixo de bronze, para o Paço Municipal, onde for armada a câmara ardente.

Milhares de pessoas se cumpriam na Praça Visconde de Mauá para ver pela última vez, embora inanimado, o querido Governador.

Na ânsia de penetrar no Paço Municipal, a multidão provoca, no entanto, séria confusão, mostrando-se a polícia impotente para o restabelecer a ordem.

Só com a chegada da Polícia Volante do 1º Batalhão de Caçadores que o povo acatou e aplaudiu, pode ser iniciada a visitação.

O saguão do pavimento superior fora transformado em velório. Pesadas cortinas cobrindo portas, janelas e paredes, davam ao salão, em pleno dia, impressionante negror que nem as lâmpadas fluorescentes, nem os grandes círios ao lado do catafalco conseguiam quebrar.

E começou, então, a romaria que, igual nunca houvera em Petrópolis: velhos, moços e crianças, brancos e pretos; pobres e ricos, todos emanados no mesmo sentimento de pesar, chegavam velório em extensas filas, giravam em torno da urna com tampo de vidro e retiravam-se contritos, uns chorando, outros rezando.

⁸ O Governador Roberto Silveira faleceu em decorrência de ferimentos de um acidente de helicóptero ocorrido quando ele saía do Palácio Rio Negro para verificar a situação das inundações no município de Santo Antônio de Pádua. O governador ficou oito dias internado no Hospital Santa Teresa, porém faleceu no início de março de 1961.

O Paço Municipal – Conferência de Gabriel Kopke Fróes no Jubileu de Prata do Instituto Histórico de Petrópolis, Suplemento do Jornal de Petrópolis de 17 de março de 1963.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Noutras dependências do Paço, permaneciam as mais altas autoridades do país, como o Vice-Presidente João Goulart à frente.

Mas nem todos puderam chegar ao velório, porquanto, antes de seguir para Niterói, o corpo de Roberto Silveira foi transportado para Catedral, onde S. Revma. D. Manuel Pedro da Cunha Cintra, Bispo Diocesano, rezou missa de corpo presente perante incalculável multidão.

E às 16:30 horas, o cortejo fúnebre, de volta da catedral, passaria pela última vez, pelo Paço Municipal, rumo a Niterói.

XV - Uma Visita Real

Foi a 29 de setembro de 1920, que Petrópolis recebeu a visita dos soberanos belgas. Vindos de Teresópolis, de automóvel, pela primitiva estrada de rodagem, que, então, se inaugurava, Alberto I - O Rei Herói - e sua esposa a Rainha Elizabeth aqui chegaram às 12:40 horas, dirigindo-se imediatamente, para o palacete Franklin Sampaio, à antiga Praça da Liberdade.

A demora ali foi curta. Um quarto de hora, após o rei e a rainha rumaram para o Paço Municipal de Petrópolis, onde ia ser realizado o banquete oferecido pelo Governo do Estado. Eram acompanhados pelo Presidente da República dr. Epitácio Pessoa e o Presidente do Estado dr. Raul Veiga.

Na Praça Visconde de Mauá, o movimento popular era intensíssimo. À aproximação do cortejo, ouviu-se o toque de sentido para os batalhões do Colégio Luzo-Brasileiro e São Vicente de Paulo, ali formados sobre o comando do sargento Rafael de Brito.

Os Pequenos soldados apresentaram armas aos chefes de Estado e a banda de músicos do 2º Batalhão de Caçadores executou os hinos nacionais belga e brasileiro.

Ao descerem de suas carruagens em frente ao Paço Municipal, em cuja escadaria formavam os escoteiros em continência, SS. MM. foram alvos de entusiástica manifestação popular que, visivelmente, os sensibilizou.

À proporção que os soberanos subiam os degraus do majestoso vestíbulo do edifício da Municipalidade, apreciavam a maravilhosa ornamentação de flores naturais de Petrópolis ali dispostas com maior bom gosto em cestas e jardineiras.

A decoração riquíssima das salas adornadas com belas cortinas e reposteiros de damasco de seda e guarnecidas com móveis de estilo, complementava o deslumbrante conjunto.

À mesa real armada no salão nobre, sentaram-se ocupando o centro, a Rainha Elizabeth que tinha à direita o Presidente Epitácio Pessoa e, à esquerda, o Presidente Raul Veiga; e o Rei Alberto, tendo à direita a exma. Senhora Epitácio Pessoa, e à esquerda a exma. Senhora Oscar Weinschenk. As cabeceiras foram ocupadas pelo dr. Oscar Weinschenk, Prefeito Municipal e senhorita Laurita Pessoa, filha do Presidente da República.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

As demais mesas, de pequenas dimensões foram ocupadas por ministros e secretários de Estado, deputados, senadores, vereadores, jornalistas, etc. No banquete, não houve discursos. Apenas “champagne”, foram trocadas saudações entre os presidentes da República e do Estado e os soberanos belgas.

Em meio ao almoço, o Rei, deixando a mesa por alguns minutos, se dirigiu a uma das janelas do Paço, da qual assistiu desfile dos batalhões escolares de regresso aos colégios, sendo muito aclamado pela simplicidade de seu gesto, embora fora do protocolo

Finalizando o ágape, o SS. MM. encaminharam-se para as salas que eles tinham sido destinadas, onde mantiveram conversação com os presentes, não ocultando a bela impressão da viagem Teresópolis-Petrópolis e da alma hospitaleira de nosso povo.

Depois retirou-se o Rei-Soldado e Herói, visivelmente satisfeito, prometendo aqui voltaram algum dia em caráter particular, para melhor apreciar os encantos de nossa cidade.

XVI - Posse Atribulada

A 30 de dezembro de 1934, foi anunciado que Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, Comandante Ari Parreiras, demitira o engenheiro a lêdo Fiuza do cargo do prefeito de Petrópolis e nomeara, para substituí-lo, o engenheiro niteroiense Stephane Vanier.

Por isso, o povo, durante a noite, se preparara para reagir energicamente contra a posse do novo prefeito marcada para o dia seguinte.

Durante todo o dia 31, registraram-se no centro da cidade as maiores e mais veementes manifestações públicas jamais vistas na cidade, sendo concitado o povo a impedir a posse do sucessor de lêdo Fiuza.

Desde as 17 horas, reuniu-se, então, considerável massa popular na Praça Visconde de Mauá à espera do sr. Vanier.

Este, porém, que vinha de trem, ficara retido na Raiz da Serra, porque o pessoal da Leopoldina, solidário com o povo petropolitano, negara-se trazer para Petrópolis o novo prefeito.

Na emergência, solicitaram da Raiz da Serra um carro de praça desta cidade, mas o motorista algum quis atender ao chamado. E mais nenhum particular concordou em descer a serra para buscar o sr. Vanier.

Cai, por fim, a noite e nada de chegar o prefeito. O povo, firme em frente ao Paço Municipal, aguarda-o, no entanto pacientemente.

Finalmente, cerca de 20 horas, chega o prefeito-fantasma. Momentos antes, a praça fora ocupada militarmente por forte contingente policial constituído de soldados de infantaria, cavalaria e de guarda civis.



Cercado de policiais armados, o automóvel do Prefeito força a passagem entre o povo que, na impossibilidade de reagir de outro modo, vaia estrepitosamente, atirando dentro do carro pequenas moedas de níquel.

Mas o sr. Stephane Vanier, garantido pela Polícia, consegue, por fim, atingir o Paço Municipal.

Em ambiente fúnebre, começa a ser lido o termo de posse e entram em exercício. Lá de fora, porque as portas e janelas estavam fechadas, chega, apenas em surdina, a assuada tremenda do povo.

Assinado o termo, são feitas as primeiras nomeações e, com sorrisos amarelos, faz-se, ante o fotógrafo oficial, pose para a posteridade.

O cerimonial, porém, termina e o silêncio desce, profundo e confrangedor, sobre as salas do Paço.

O sr. Vanier, visivelmente abatido, declara que vai retirar-se, pretendendo voltar a 2 de janeiro para iniciar sua atividade.

À saída, repete-se, ainda com maior intensidade, os acontecimentos da chegada: o sr. Vanier só logra locomover-se garantido pelos policiais e toma o automóvel em meio a terrível tumulto. O carro desloca lentamente sob vaias e assobios, de permeio com as moedas que continuam a ser atiradas em profusão.

E o engenheiro niteroiense que todos diziam ser uma bela criatura, inicia, melancolicamente, a descida da serra para nunca mais voltar a Petrópolis!

XVII- Missa Campal

“Magnífico e confortador espetáculo de religião e de civismo foi a missa campal que, por iniciativa do funcionalismo municipal, se celebrou a 9 de agosto de 1942, domingo, às 10 horas, na Praça Visconde de Mauá fronteira à Prefeitura”.

Assim começou “Pequena Ilustração” seu noticiário referente à missa em ação de graças pelo restabelecimento do Presidente Getúlio Vargas que fora vítima de acidente de automóvel (o segundo durante sua gestão) na Praia do Flamengo (a 1º de maio de 1942), para o Estado do Vasco da Gama, onde ia dirigir a palavra aos trabalhadores do Brasil.

O altar se achava lindamente armado no topo da escadaria de mármore do Paço Municipal e estava ordenado com flores e bandeiras. Esplendente o sol inundava-o de luz.

Foi oficiante da Santa Missa, Monsenhor Gentil Costa, vigário da paróquia, que pronunciou empolgante sermão, referindo-se, inicialmente, às horas amargas que o mundo, então, vivia; e, depois, ao grave acidente que o Presidente sofrera enchendo de apreensão o Brasil inteiro; e, por fim, à indizível satisfação da alma nacional, no momento, por ver restabelecido o chefe da Nação.



O coro dos Franciscanos, localizado à direita do altar, entoou os cânticos litúrgicos e a banda de música do 1º Batalhão de Caçadores, postada à esquerda, executou, à Elevação, o Hino Nacional.

Avultada massa popular assistiu à belíssima cerimônia que teve, ainda, a presenciá-la as principais autoridades petropolitanas, tais como o Prefeito Marcio Alves, o Juiz Mauriti Filho e o Delegado José de Moraes Rates.

XVIII - A Maldição do Escravo

José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, quando se dispôs a construir em Petrópolis sua morada de verão, quis - segundo dizia - um prédio que, além da beleza, possuísse resistência à destruição do tempo. Homem bom, mas ao extremo enérgico, Mayrink, adquirido o terreno, deitou logo mão à obra, passando a exigir, através dos encarregados, o máximo do trabalho escravo.

Aconteceu, porém, que, entre os trabalhadores, um havia que era rancoroso e vingativo. Carregou material a valer e não houve piso, parede ou telhado que não tivesse recebido o suor de seu corpo robusto.

Mas foi trabalho superior às forças do pobre escravo que acabou com o corpo alquebrado e a alma revoltada.

É bem verdade que, concluído o prédio, o negro se alegrou com a beleza da obra. Mas por pouco tempo, já que o ódio tomara conta de seu coração. E, ao morrer, lançou esta maldição:

- Dia virá em que a beleza deste prédio será destruída pela mão do próprio homem!

Muitos anos haveriam de passar sem que se concretizasse a praga do cativo.

Morreria Mayrink, o prédio seria alugado e depois vendido. Mas a beleza do palacete, passados quarenta anos, permanecia intata.

De 1891 a 1894, três ameaças sérias pairaram, no entanto, sobre a residência aristocrática: a construção do mercado público, do “karsal” e do Paço Municipal na praça fronteira.

Mas os nefandos atentados urbanísticos não se consumaram.

Finalmente, em 1894, a Municipalidade adquiriu o imóvel para adaptá-lo ao serviço municipal.

Novas e justas apreensões: as obras de transformação de uma moradia em Paço Municipal seria possível, arquitetonicamente falando?

No entanto, o que, então, se viu foi um desses milagres raros em obras de reforma: o antigo solar foi transformado em autêntico e belíssimo palácio. A nova fachada,



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

realçada pela verdejante mata aos fundos carinhosamente conservada, passou a constituir, desde então, o célebre cromo feito postal que daqui partiria para todo mundo. O conjunto majestoso do prédio de linhas clássicas situadas em meio de Jardim esplêndido e admiravelmente emoldurado pela natureza, era, na verdade, o orgulho dos petropolitanos e encanto dos visitantes.

A maldição de escravo parecia, assim, definitivamente afastada.
Mas outros tempos vieram...

Aquela paisagem característica de Petrópolis - o cromo feito postal - já não existe.

Suprema crueldade: a verdejante mata foi devastada, o morro cortado e ali construído um prédio de linhas ultra-modernas.

A maldição do escravo, afinal, vingou.

A obra do homem foi destruída, de fato, pela mão do próprio homem!

É, pelo menos, o que nos conta a lenda...

XIX - AD Gloriam Bustos

A 6 de março de 1913, quando estava reunida a Câmara Municipal, foi levado ao conhecimento do Presidente Artur Barbosa que se achava no Paço Municipal o dr. Joaquim Silveira de Castro Barbosa, o portador do busto de Paulo Barbosa da Silva, doado ao Município de Petrópolis pela exma. Sra. Francisca Barbosa de Oliveira Jacobina. O presidente designou os vereadores de Barão de Santa Margarida e Joaquim Pinto de Carvalho para receberem o visitante que, ao entrar no recinto, faz a entrega do busto, tomando, a seguir acento à mesa.

O presidente convida, então, os vereadores Barão de Santa Margarida e Edmundo Hees para descerrarem o pano que encobria o rosto já colocado em lugar de destaque na sala.

O dr. Castro Barbosa, logo após, pronuncia discurso de saudação a Petrópolis e retira-se em companhia de sua comitiva.

O busto de Paulo Barbosa, de autoria do consagrado Petrich, é o mesmo que, ainda hoje, se encontra na sala de sessões da Câmara Municipal.

A Comissão do Centenário de Petrópolis sugeriu ao prefeito em 1937 que se solicitasse à Prefeitura de Magé a cessão do busto de Visconde de Sepetiba lá existente. Por isso, o Prefeito Iêdo Fiuza, oficiou, a 27 de dezembro daquele ano, ao seu colega José Ulmann, transmitindo o pedido.

Menos de um mês após, a 22 de janeiro de 1938, o Prefeito de Magé respondia, comunicando atendimento ao pedido.



Passou o busto, então, a figurar no salão nobre ao lado do outro também de mármore e de autoria do mesmo Petrich: o de Paulo Barbosa doado em 1913.

Exultavam ainda os membros da comissão do Centenário com a esplêndida conquista, quando, em setembro de 1938, tendo assumido a Prefeitura de Magé, o dr. Salo Brand, com o apoio do Interventor Federal no Estado, reclamou a devolução do busto.

E, afinal, a 3 de novembro do mesmo ano de 1938, o busto do Sepetiba descia a serra, melancolicamente, para voltar a Magé.

E foi pena que tal acontecesse, porque o Sepetiba - Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho - pelo muito que fez em prol da fundação de Petrópolis, bem merecia ter seu busto no Paço Municipal.

O busto de Pedro II colocado em uma das portas do grande vestíbulo do Paço Municipal é reprodução do existente no Museu Nacional de Belas Artes, de autoria de Cristiano Lüster, em 1859.

Tendo sido transferido em gesso, em 1940, daquele estabelecimento para o Museu Imperial, foram fundidas, na ocasião, duas reproduções, uma das quais se encontra no referido museu, ficando a outra na Prefeitura.

Há no salão da Câmara Municipal um busto em bronze do presidente Getúlio Vargas, doado à Municipalidade pelo antigo Banco Fluminense da Produção, por iniciativa do Juiz de Direito dr. Orlando Carlos da Silva.

Placas

São três as placas referentes a acontecimentos que, no Paço Municipal, se quis perpetuar no bronze.

A primeira, comemorativa do transcurso do 1º Centenário da instalação da Câmara Municipal contendo os nomes do Prefeito e dos vereadores em exercício, foi colocado ao lado direito da fachada do Paço a 17 de junho de 1959.

A segunda, assentada ao lado esquerdo da porta do “hall” que dá acesso à escadaria para o grande vestíbulo, homenageando o extraordinário Prefeito e lêdo Fiuza, foi ali posta a 24 de fevereiro de 1940.

Inaugurada-a, em festiva e concorrida cerimônia à qual esteve presente o homenageado, foi lida pelo dr. Nereu Rangel Pestana a seguinte expressiva saudação do dr. Mário Aloísio Cardoso de Miranda, secretário do Interior e Justiça do Estado, que não pudera comparecer:



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

“Senhor Dr. Iêdo Fiuza

Nunca saístes dessa casa. A vossa orientação, os vossos métodos, o vosso critério no manuseio da coisa pública, o vosso escrúpulo funcional, a vossa independência de caráter, o vosso destemor, a vossa alternaforja forjaram uma alma para administração que entrou como um sopro de fé por aqui e aqui ficou impregnado de um sentido singular o amor de todos nós por Petrópolis.

Algum dia, sr. dr. Iêdo Fiuza, quando Petrópolis se tiver desdobrado em perspectivas imprevisíveis nos cenários do futuro; uma metrópole se tiver levantado entre as montanhas, sobre os ombros das gerações vindouras e, a nós todos tiverem sucedidos nossos filhos e os nossos netos - Petrópolis de amanhã - fundirão de novo essa placa para completar a inscrição: O povo aí a Iêdo Fiuza; àquele que traçou o caminho - os que atingiram a meta do roteiro”.

E, finalmente, a terceira existente na parede do patamar da escadaria para o vestíbulo, ali colocada, certamente, à revelia do homenageado, a 7 de janeiro de 1899, pelos vereadores à Câmara Municipal, assinala o primeiro período administrativo do dr. Hermogênio Silva, o idealizador e construtor do Paço Municipal - homem como poucos passaram pela edilidade.

Retratos

A nossa Câmara Municipal, a 29 de abril de 1906, praticando ato cívico da maior relevância, recolocou no seu salão nobre o retrato do Imperador Pedro II e inaugurou, no mesmo local, o retrato do Major Koeler.

O retrato de Pedro II estivera na sala de sessões do Legislativo desde 17 de junho de 1859, data da instalação da Câmara Municipal de Petrópolis, até à proclamação da República, quando de lá foi retirado, ignominiosamente, e recolhido, de início, a um depósito qualquer, e, depois, à Biblioteca Municipal.

Avulta, assim, a atitude patriótica e desassombrada - a primeira, no gênero, ao que consta tomada em todo o país - da Câmara de Petrópolis, repondo retrato do venerando Imperador no seu verdadeiro lugar.

Esse retrato, aliás, tem outra particularidade. Pintado em 1859, por encomenda, pelo artista petropolitano Joaquim Rocha Fragoso, teve de ser restaurado em 1905, em São Paulo, pelo pintor Ernesto Papf. Pedro II, em 1859 aos trinta e quatro anos de idade, possuía barba e cabelos louros e, assim aparecia no retrato de Fragoso. Papf, porém, não teve dúvida em 1905: atualizou o retrato pintando de branco os respeitáveis ornamentos capilares de Sua Majestade!

Quanto ao retrato de Júlio Frederico Koeler, há dúvida sobre a autoria. Presume-se ter sido pintado em São Paulo, em 1905, por Ernesto Papf. Representa ele o fundador de Petrópolis, de pé, com a farda de moço fidalgo da Casa Imperial, tendo a mão direita sobre a planta de Petrópolis colocada em uma mesa, na qual se vem ainda alguns livros.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

A aquisição do retrato foi autorizada pela Deliberação n. 22 de 4 de setembro de 1905.

A cerimônia de inauguração de ambos os retratos teve lugar às 2 horas da tarde do já referido dia de 29 de abril de 1906. Depois de executada pela banda de música do clube Leopoldo Miguez a sinfonia do Guarani, o dr. Artur de Sá Earp assumiu a presidência da sessão, justificando, em brilhante discurso, o motivo da solenidade. Disse que o que ia assistir não obedecia intuito político de qualquer espécie. Republicanos que eram todos os vereadores petropolitanos, não deixavam de prestar seu apreço aos cidadãos realmente dignos. O tempo decorrido já permite apreciar-se com justeza o vulto de Pedro II, como estadista e patriota. Mas se o grande Imperador é digno de admiração e respeito de todos os brasileiros, merece consideração ainda maior dos petropolitanos que lhe devem, inclusive a fundação da cidade. A fundação de Petrópolis, a seguir, é analisada profundamente e, aí, o orador põe em destaque as figuras do ex-monarca e do seu amigo Júlio Frederico Koeler.

Enquanto o primeiro, sempre pronto, graças ao magnânimo espírito, a auxiliar todos os bons empreendimentos, pensava na fundação desta deliciosa cidade, o segundo, com toda tenacidade dos trabalhadores, animado por alma de poeta, dava leito aos rios, alongava as ruas, bordava-as de belíssimas árvores e de pequeninas e alvas casas, onde as louras virgens do Rheno, respirando a leve embalsamada atmosfera, começaram a amar Petrópolis.

Terminando, disse Sá Earp: “Quem penetrar, de hoje em diante, nesta sala, ficará conhecendo um pouco da história da terra petropolitana e sentir-se-á satisfeito, vendo os retratos que neste momento, inauguramos”.

Por fim foram descerradas as cortinas que cobriam os dois retratos: o de Pedro II pelo vereador José Land e pelo Conde de Paranaguá; e o de Koeler pelo vereador Felipe Faulhaber e pelo dr. Júlio Koeler, neto do homenageado.

A Câmara Municipal se redimira, afinal, de seu feio pecado de 15 de novembro de 1889!

Reunida a 7 de janeiro de 1905, deliberou a Câmara Municipal, aprovando moção do vereador José Land, restabelecer no salão nobre o retrato do dr. Hermogênio Pereira da Silva.

Vale esclarecer que o primitivo retrato do dr. Hermogênio fora espatifado, juntamente com o de Floriano Peixoto, por ocasião do vandálico assalto ao Paço Municipal de 18 de fevereiro de 1903.

Muito embora houvesse o presidente da sessão de 7 de janeiro de 1905, dr. Artur de Sá Earp, declarado, ao encerrar os trabalhos, que o retrato seria inaugurado na primeira reunião da Câmara, somente 16 anos após o Município resgataria sua dívida para com o benemérito cidadão.

Efetivamente foi a 16 de julho de 1921 que a Câmara Municipal, reunida em sessão magna, repôs em seu salão o nobre o retrato do dr. Hermogênio Silva.

Foram dois, aliás, os retratos então inaugurados: o dr. Hermogênio e do dr. Porciúncula.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

A sessão da Câmara, à qual se achava presente o Prefeito Oscar Weinschenck, foi presidida pelo dr. José de Barros Franco, a quem coube fazer o panegirico de dois grandes vultos do passado.

O dr. Barros Franco, companheiro dos homenageados na propaganda da República e, mais tarde, na política petropolitana, pronunciou inspiradíssimo discurso, destacando-se as partes em que relatou atitudes das duas personalidades, dignas de servirem de exemplo para posteridade.

Terminado discurso oficial, foram descerradas as bandeiras que cobriam os dois retratos que são os mesmos que, até hoje, se encontram na sala de sessões da Câmara Municipal.

A cerimônia foi assistida pela senhora Luiza de Melo Franco da Porciúncula e por diversos filhos de Hermogênio Silva.

Ambos os retratos são pinturas a óleo de Bertoni filho.

O retrato a óleo de Pedro II existente no Gabinete do Prefeito é obra de João Batista da Costa, o grande pintor patricio, e foi doado pelo autor ao Município, a 6 de janeiro de 1926, para constituir, juntamente com outros quadros também doados na mesma ocasião por diferentes pessoas, Pinacoteca Municipal.

A Pinacoteca não foi para adiante, mas o belo retrato do nosso segundo Imperador continua firme na sala do Chefe do Executivo Municipal.

No Gabinete do Prefeito, existe ainda um retrato do dr. Oswaldo Cruz, o grande sábio patricio que, para honra de Petrópolis, foi seu primeiro Prefeito. Está assinado por "D'Assis", mas é tudo o que, sobre ele, se sabe. Sua origem, a data em que lá foi posto e o nome completo do autor são coisas inteiramente desconhecidas por mais de uma dezena de pessoas idôneas, inclusive da família Oswaldo Cruz, às quais me dirige sobre o assunto.

Tenho para mim, no entanto, que esse retrato pintado a óleo foi colocado em 1917, após a indicação do vereador Dr. Joaquim Moreira feita à Câmara Municipal em sessão de 22 de fevereiro de 1917. E que o seu autor é o artista Rubens de Assis que, na ocasião, se encontrava em nossa cidade em companhia de D. Maria de Bragança e Melo, projetando organizar um festival de arte.

Ao iniciar a sessão solene comemorativa da passagem do centenário de nascimento do dr. Arthur de Sá Earp, a 11 de julho de 1958, a Câmara Municipal de Petrópolis inaugurou em seu salão nobre o retrato daqueles saudoso político e administrador petropolitano.

A bandeira que encobria o quadro foi descerrada pelas mãos da exma. sra. Ester Diniz de Sá Earp, viúva do homenageado.



O retrato é uma pintura a óleo do artista Vin L. Van Dick.

Justíssima sob todos os títulos, a homenagem prestada ao grande Arthur Sá Earp, médico emérito e caridoso, patriota sincero, orador privilegiado, jornalista de dons raros e administrador proficiente e consciencioso!

O retrato a óleo do dr. Joaquim Francisco Moreira, pintado por Ângelo Bertoni, atualmente existente no salão da Câmara Municipal, esteve de início, no Gabinete do Prefeito, onde foi inaugurado, com toda solenidade, a 27 de maio de 1927, por iniciativa de amigos e correligionários daquele antigo político petropolitano.

O dr. Joaquim Moreira que era, na ocasião, o Prefeito da cidade, não se opôs à homenagem tanto que a ela estava presente, falando em agradecimento.

Um episódio jocoso encerra, no entanto, a história deste retrato ponto o resultado final da eleição para prefeito, realizado em 10 de abril de 1927 foi desfavorável, surpreendentemente, ao candidato Dr. Moreira, de maneira que após muito recurso e muita proteção, foi marcada a posse do candidato adverso para tarde de 10 de agosto de 1927.

Pois foi na manhã desse dia que o dr. Joaquim Moreira, apareceu na Prefeitura, mandou retirar o quadro da parede, colocou-o debaixo do braço e retirou-se do Gabinete do Prefeito sem nada a dizer. Já no início da escadaria, voltou-se para os que, do alto, assistiam, intrigados, à cena e, sorrindo com malícia explicou:

- Não quero ver, mesmo em retrato, os gestos com que os meus adversários iriam, na certa mimosear-me...

O quadro de Ângelo Bertoni foi, depois, recolhido à sede do Partido Republicano Fluminense e, com a extinção deste, ficou em poder do Senhor Pedro Hees que o entregaria, mais tarde, à Biblioteca Municipal. Finalmente, em 1949, foi colocado no salão nobre da Câmara Municipal pelo próprio presidente da Câmara, dr. Paulo Mauriti.

Alcindo de Azevedo Sodré, médico, bacharel, jornalista, vereador, prefeito, historiador e organizador do Museu Imperial, teve seu retrato colocado no salão nobre do Paço Municipal a 30 de novembro de 1962.

Reunida em sessão solene, às 20 horas desse dia, homenageou a Câmara Municipal, de tal modo, a figura de Alcindo Sodré que, embora não sendo petropolitano de nascimento, foi um dos maiores amigos que a cidade já teve.

A sessão foi presidida pelo vereador João Francisco, tendo como orador oficial o vereador Idealino Limongi que pronunciou expressivo discurso.

Junto à tribuna situada à esquerda da mesa, foi, então, inaugurado o retrato pintado a óleo por H.B. Curty, do grande e saudoso amigo de Petrópolis. Descerrou a bandeira que encobria o quadro a senhorita Marília de Azevedo Sodré filho do homenageado.



Em nome da família, fez discurso de agradecimento o sr. Arnaldo Azevedo Sodré, também filho de Alcindo Sodré, o qual teve palavras as mais carinhosas para com o Legislativo petropolitano.

O presidente João Francisco encerrou a sessão, após ressaltar o significado da homenagem, enaltecendo, muito justamente, a personalidade inconfundível de Alcindo Sodré.

O retrato de José Leopoldo de Bulhões Jardim - o grande vulto de projeção nacional que presidiu a câmara municipal e exerceu, temporariamente, o cargo de prefeito de Petrópolis - foi inaugurado no salão nobre do Paço Municipal a 28 de setembro de 1956.

A Câmara Municipal se reuniu em sessão solene, naquele dia, para comemorar o transcurso do centenário de nascimento do grande brasileiro. Aberta a sessão pelo presidente José de Oliveira Costa, foi designada uma comissão composta pelos edis Nazareth Braga Peixoto, Carlos Portugal e Jair de Araujo para introduzir no recinto o dr. Inácio de Bulhões, filho do homenageado.

Discursa, depois, o orador oficial Jair de Araujo, seguido de um orador de cada partido.

É, então, suspensa a sessão para que pudesse ser inaugurado o retrato de Leopoldo de Bulhões.

Com a palavra, o vereador Hélio Mendonça Bittencourt, após fazer o elogio do homenageado, convida o jornalista Alcindo Roberto Gomes para, em nome da imprensa local, descerrar a bandeira que encobria o quadro.

Por fim, falou, agradecendo, em nome da família, o dr. Inácio de Bulhões.

Há, ainda, no salão nobre da Câmara Municipal, colocados em épocas que não podem ser determinadas, um quadro a óleo do presidente Getúlio Vargas, pintado por S. Caruso; e outro também a óleo, sem assinatura, mas atribuído a Barandier, de João Caldas Viana - o presidente da Província que ligou seu nome à fundação de Petrópolis pelos atos emanados de seu governo, dando à povoação incipiente a denominação que sempre conservou, demarcando-a e criando-lhe os primeiros serviços de polícia e justiça.

Antecedendo a sessão solene marcada para o dia 12 de fevereiro de 1962, a Câmara Municipal de Petrópolis inaugurou em uma das suas salas a "Galeria dos ex-Presidentes", destinada a receber o retrato de todos os que, a partir de 1859 exerceram a chefia do Legislativo Municipal.

A cerimônia, presidida pelo Vereador Miguel Pachá, teve a presença, entre outras muitas altas personalidades, do governador do Estado dr. Celso Peçanha.



Pena é que a Galeria esteja desfalcada dos retratos dos presidentes Adolfo de Souza Viana e Manuel Antônio Bordini.

Mas, há de ser completada algum dia.

XX - O Baile da Ilha Fiscal

A sete de fevereiro de 1942 pouco tempo antes de deixar o cargo, o Prefeito Cardoso de Miranda ofereceu, no Paço Municipal, às autoridades do país, ao corpo diplomático e a alta sociedade brasileira uma recepção que, na opinião do noticiário de “Jornal de Petrópolis”, marcou o maior êxito social até então registrado em nossa cidade.

O Prefeito dedicou essa recepção todo o seu indiscutível “savoir faire”, conseguindo, com isso elevar ainda mais o renome da cidade culta e elegante que Petrópolis possui.

A exma. senhora Cardoso de Miranda, primeira dama petropolitana se houve com extrema gentileza e requintada distinção para com os convidados, constituindo-se, mesmo, em um dos principais fatores de sucesso da brilhante festa.

A entrada dos convidados à descida das viaturas, era feita sobre vistoso toldo baldaquino e sobre passadeiras vermelhas que chegavam até a porta do salão.

O majestoso salão nobre apresentava-se mais belo do que nunca com suas cortinas adamascadas imóveis de bom gosto.

A ornamentação feita com flores naturais de Petrópolis constituiu o motivo de encantamento pela beleza e originalidade.

O “buffet”, a cargo do Tênis Clube de Petrópolis, esteve magnífico. O champanhe “rosé” francês legítimo, principalmente, foi um sucesso.

E, por fim, a famosa orquestra do Tênis Clube de Petrópolis, fazendo-se ouvir durante toda a tarde, completou o sucesso da memorável recepção.

Entre as personalidades presentes, podem ser citados: o Interventor Federal substituto no Estado do Rio; os embaixadores de Portugal, Venezuela, Bolívia e França; os ministros do Canadá, e Iugoslávia e Polônia; o núncio apostólico; o bispo de Niterói; o juiz de direito, o comandante do 1º B.C.

Mas, inúmeras outras pessoas, algumas de projeção internacional, também estiveram presentes tais como: os embaixadores Alcebíades Peçanha, Régis de Oliveira, Maurício Nabuco, os srs. Hermes Lima, conde Pereira Carneiro, Herbert Moses, Stefan Sweig, Alfredo Agache, Eugênio Gudín, Levi Carneiro, sra. Gabriela Mistral.

E dizer-se que a essa festa de tão grande significação para Petrópolis, o povo, só porque o Prefeito seria exonerado – aliás, a pedido – pouco mais de dois meses após, deu, irreverentemente, o nome de “baile da ilha fiscal”.

XXI – Visita do Presidente Roca

O Paço Municipal – Conferência de Gabriel Kopke Fróes no Jubileu de Prata do Instituto Histórico de Petrópolis, Suplemento do Jornal de Petrópolis de 17 de março de 1963.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

O General Júlio Roca, o grande presidente da República da Argentina, visitou Petrópolis a 12 de agosto de 1899.

Logo após o desembarque festivo na estação da estrada de ferro o General Júlio Roca e o presidente do Estado dr. Alberto Torres tomaram o “landau” presidencial que os conduziu, em visita de cortesia, à Câmara Municipal.

Formada na Praça Visconde de Mauá, a Brigada Policial do Estado prestou as continências devidas aos dois presidentes à descida da carruagem.

Na escadaria do Paço Municipal, o Presidente Roca foi recebido pelo Chefe de Governo Municipal, que era, na ocasião, o Dr. Adolfo Viana e pelos demais vereadores.

Subindo ao Salão Nobre da Câmara e apresentados os cumprimentos protocolares ouviu-se o Hino Nacional Argentino cantado pelo coro da Escola de Música Santa Cecília, acompanhado por grande orquestra, dirigidos ambos pelo maestro Paulo Carneiro.

À saída do Paço, a Brigada Policial apresentou novas continências.

Como se vê, naquele tempo, os nossos diplomatas tinham civilidade, não se esquecendo do governo da cidade, quando aqui traziam visitantes ilustres...

À tarde, daquele memorável 12 de agosto de 1899, em pelo inverno, portanto, um estranho acontecimento pôs Petrópolis em polvorosa: a maior chuva de pedras jamais caída sobre a cidade. Pedras pesando – os números são de responsabilidade dos noticiários da época... – um quilo e até mais, destruíram telhas e mais telhas dos prédios dos centros urbanos. E, entre eles, o nosso Paço Municipal, que teve, além do mais as duas abobadas dos torreões seriamente avariadas.

XXII – Reunião de Governadores

Os interventores federais dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Distrito Federal que constituem a 3ª Região Geoeconômica do Brasil, se reuniram no Paço Municipal de Petrópolis, de 1º a 6 de março de 1940.

À mesa redonda, armada no centro do salão nobre, sentaram-se às 15 horas do primeiro dos aludidos dias, o comandante Ernani do Amaral Peixoto, o Dr. Benedito Valadares, o Dr. Adhemar de Barros, o capitão Punaro Bley e o Dr. Henrique Dodsworth. Assumindo a presidência, o comandante Amaral Peixoto declarou instalados os trabalhos da conferência, pronunciando, a seguir, discurso em que abordou os principais problemas de ordem financeiras e econômica a debater. Nos dias seguintes, sempre no salão nobre, foram discutidos os temas em pauta, e a 5 de março, o comandante Amaral Peixoto declarava encerrado os trabalhos. Convidava, no entanto, seus colegas para uma reunião reservada no Palácio Itaboraí, às 9 horas do dia 7 e outra pública, às 11 horas, no Paço Municipal, para o encerramento solene do conclave.

Durante a estadia em Petrópolis, o sr. Benedito Valadares se hospedou na casa do sr. Pedro Brando, na Independência; os srs. Adhemar Barros e Punaro Bley, na Vila Itararé na Avenida Koeler, enquanto que sr. Henrique Dodsworth, lembrando-se dos seus tempos de veranista, subiu e desceu diariamente.

O Paço Municipal – Conferência de Gabriel Kopke Fróes no Jubileu de Prata do Instituto Histórico de Petrópolis, Suplemento do Jornal de Petrópolis de 17 de março de 1963.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

XXIII – Conselho Consultivo Municipal

O Conselho Consultivo Municipal, órgão administrativo criado pelo Decreto Federal nº 20348, 24 de agosto de 1931 em substituição às Câmaras Municipais, foi instalado a 17 de dezembro de 1931 no salão nobre do Paço Municipal.

Convocados pelo Ato nº 256, de 12 de dezembro, ali estavam, naquele dia, às 15 horas, os Srs. Dr. Joaquim Gomensoro, Dr. Oscar Weinschenck, Pedro Benjamim Cerqueira Lima e Jerônimo Ferreira Alves, os primeiros conselheiros nomeados pelo Governo do Estado.

Por aclamação foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, os drs. Weinschenck e Gomensoro.

O Dr. Iêdo Fiuza, Prefeito Municipal, compareceu à reunião e tomou parte dos trabalhos, prestigiando assim, o novo órgão.

XXIV – Dois Ágapes Presidenciais

O salão nobre do Paço Municipal, de quando em vez, é lembrado para as grandes reuniões sociais da cidade.

Já se viu que ali foram realizados um baile, uma recepção e um banquete. Pois em 1943, seguidamente, dois almoços presidenciais tiveram lugar no lindo salão: o primeiro, em maio, oferecido ao presidente Higino Morinigo, do Paraguai; e o segundo, em junho, em homenagem ao presidente Enrique Panaranda de Castillo, da Bolívia.

O general Higino chegou a Petrópolis a 10 de maio, às 11:30 horas, acompanhado pelo Interventor Ernani do Amaral Peixoto.

Depois de haver visitado, em Corrêas, a fazenda do Bonfim, de propriedade da família Franklin Sampaio, o Museu Imperial, o general Morinigo chegou à Praça Visconde de Mauá por volta das 13 horas.

Ali, se achava formado um contingente do 1º Batalhão de Caçadores para prestar as honras militares de estilo.

O presidente desce da carruagem sob os acordes do hino nacional paraguaio entoado pelo coro da Escola Aurelino Leal, de Niteroi, sendo recebido pelo Prefeito Marcio Alves.

Conduzido ao salão nobre o Presidente Morinigo, de uma das janelas, cumprimentou o povo estacionado na praça calorosamente saudado pelos representantes de todas as classes sociais ali presentes, destacando-se os alunos dos colégios que agitavam ao alto as bandeiras brasileiras e paraguaias que conduziam.

Teve lugar, então, no salão nobre, o banquete de 80 talheres oferecido pelo Interventor Amaral Peixoto, durante o qual se fez ouvir, novamente o coro da Escola Aurelino Leal que, ao café, entoou o “Deus Salve a América” e, por fim, o hino paraguaio.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Ao terminar o almoço, a srs. Branca de Melo Franco Alves, esposa do Prefeito Márcio Alves, ofereceu aos presidentes delicadas lembranças de Petrópolis.

O general Enrique Penaranda que esteve em nossa cidade a 28 de junho foi recepcionado com programa quase igual ao proporcionado, um mês e meio antes, ao chefe do Governo do Paraguai.

Chegando ao Paço Municipal em companhia do Interventor Amaral Peixoto, o Presidente Pengeranda é recebido, à entrada, pelo prefeito Márcio Alves. Feitas as apresentações e recebidos os cumprimentos, dirigem-se todos para o salão nobre onde é servido o banquete oferecido pelo Governo do Estado.

Formada na Praça Visconde de Mauá, a tropa do 1º B.C prestou, à entrada e à saída, as honras militares devidas.

Conclusão

Aí está senhores e senhoras, o que pude reunir sobre a vida pregressa do nosso Paço Municipal.

É certo que algo mais – de menor interesse talvez – poderia vos ser contado.

Mas há que considerar vossa paciência de ouvintes.

O espaço de tempo razoável para uma conferência está a terminar, se é que já não terminou.

Vou concluir, portanto.

Confio em que haveis de ser tolerantes para com a minha pieguice, ou – quem sabe? – com a minha sensaboria.

Confesso que a simples ideia de despedir-me da casa em que vivi mais da metade dos anos de idade que possuo, me emocionou profundamente.

E a emoção, pelo menos provinda da saudade e da gratidão como, no caso – não é das melhores inspiradoras.

Perdoai, pois, este pecador contrito.

Amém!